

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Quadro comparativo

(Elaboração: NUGEP/SEJUP do TRT-SC)

ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 13.467/2017 E MP 808/2017 COM RESPECTIVAS ADIs e ADCs.* <i>MP 808/2017: perda da eficácia em 23-04-2018, haja vista não ter sido votada no prazo legal.</i>	REDAÇÃO ANTIGA	INSTRUÇÃO NORMATIVA 41/2018 DO TST <i>A aplicação das normas processuais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, com eficácia a partir de 11 de novembro de 2017, é imediata, sem atingir, no entanto, situações pretéritas iniciadas ou consolidadas sob a égide da lei revogada (art. 1º)</i>
TÍTULO 1 – INTRODUÇÃO		
Art. 2º (...) § 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.	Art. 2º (...) § 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.	
Art. 2º (...) § 3º - Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.	Sem correspondente	
Art. 4º (...) § 1º - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.	Art. 4º (...) Parágrafo único - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar ... (VETADO) ... e por motivo de acidente do trabalho	
Art. 4º (...) § 2º - Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1o do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras: I - práticas religiosas; II - descanso; III - lazer; IV - estudo; V - alimentação; VI - atividades de relacionamento social; VII - higiene pessoal; VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.	Sem correspondente	

<p>Art. 8° (...) § 1° - O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho.</p>	<p>Art. 8° (...) Parágrafo único - O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.</p>	
<p>Art. 8° (...) § 2° - Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 8° (...) § 3° - No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho analisará exclusivamente a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico, respeitado o disposto no art. 104 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 10-A - O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência:</p> <p>I - a empresa devedora;</p> <p>II - os sócios atuais; e</p> <p>III - os sócios retirantes.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 10-A (...) Parágrafo único. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 11 - A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>I - Revogado;</p> <p>II - Revogado.</p>	<p>Art. 11 - O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve:</p> <p>I - em cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;</p> <p>II - em dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o trabalhador rural</p>	
<p>Art. 11 (...) § 2° - Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 11 (...) § 3° - A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 11-A - Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 11-A (...) § 1° - A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.</p>	<p>Sem correspondente</p>	<p><i>Art. 2° O fluxo da prescrição intercorrente conta-se a partir da determinação judicial a que alude o § 1° do art. 11-A da CLT, desde que declarada após 11 de novembro de 2017 (Lei n° 13.467/2017).</i></p> <p>Veja também: Recomendação GCGJT n. 3/2018</p>

<p>Art. 11-A (...) § 2º - A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.</p>	Sem correspondente	
TÍTULO II – DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DE TRABALHO CAPÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL Seção VII – Dos livros de registro dos empregados		
<p>Art. 47 - O empregador que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.</p>	Art. 47 - A empresa que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 e seu parágrafo único, incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário-mínimo regional, por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.	
<p>Art. 47 (...) § 1º - Especificamente quanto à infração a que se refere o caput deste artigo, o valor final da multa aplicada será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado não registrado, quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 47 (...) § 2º -A infração de que trata o caput deste artigo constitui exceção ao critério da dupla visita.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 47-A - Na hipótese de não serem informados os dados a que se refere o parágrafo único do art. 41 desta Consolidação, o empregador ficará sujeito à multa de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por empregado prejudicado.</p>	Sem correspondente	
CAPÍTULO II – DA DURAÇÃO DO TRABALHO Seção II – Da jornada de trabalho		
<p>Art. 58 (...) § 2º - O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.</p>	Art. 58 (...) § 2º - O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	Art. 58 (...) § 3º - Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração. (Incluído pela Lei Complementar nº 123, de 2006)	
<p>Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.</p>	Art. 58-A - Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.	
<p>Art. 58-A (...) § 3º - As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 58-A (...) § 4º - Na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento estipulado no § 3º, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 58-A (...) § 5º - As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 58-A (...) § 6º - É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 58-A (...) § 7º - As férias do regime de tempo parcial são regidas pelo disposto no art. 130 desta Consolidação.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 59 - A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.	
<p>Art. 59 (...) § 1º - A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Art. 59 (...) § 1º - Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal.	
<p>Art. 59 (...) § 3º - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2º e 5º deste artigo, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Art. 59 (...) § 3º - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	Art. 59 (...) § 4º - Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.	
<p>Art. 59 (...) § 5º - O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 59 (...) § 6º - É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 59-A - Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.</p> <p>Art. 59-A - Em exceção ao disposto no art. 59 e em leis específicas, é facultado às partes, por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 59-A (...) Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.</p> <p>Art. 59-A (...) § 1º - A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 59-A (...) § 2º - É facultado às entidades atuantes no setor de saúde estabelecer, por meio de acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 59-B - O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 59-B (...) Parágrafo único - A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 60 (...) Parágrafo único - Excetuam-se da exigência de licença prévia as jornadas de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 61 (...) § 1º - O excesso, nos casos deste artigo, pode ser exigido independentemente de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.</p>	<p>Art. 61 (...) § 1º - O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 (dez) dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.</p>	
<p>Art. 62 (...) III - os empregados em regime de teletrabalho.</p>	Sem correspondente	
Seção III – Dos períodos de descanso		
<p>Art. 71 (...) § 4º - A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p>	<p>Art. 71 (...) § 4º - Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p>	
CAPÍTULO II-A – DO TELETRABALHO		
<p>Art. 75-A - A prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo.</p>	Sem correspondente	

Art. 75-B - Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.	Sem correspondente	
Art. 75-B (...) Parágrafo único - O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.	Sem correspondente	
Art. 75-C - A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.	Sem correspondente	
Art. 75-C (...) § 1º - Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.	Sem correspondente	
Art. 75-C (...) § 2º - Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.	Sem correspondente	
Art. 75-D - As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.	Sem correspondente	
Art. 75-D (...) Parágrafo único. As utilidades mencionadas no <i>caput</i> deste artigo não integram a remuneração do empregado.	Sem correspondente	
Art. 75-E - O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.	Sem correspondente	
Art. 75-E (...) Parágrafo único. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.	Sem correspondente	
CAPÍTULO III – DO SALÁRIO MÍNIMO Seção II – Das regiões, zonas e subzonas		
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 84 - Para efeito da aplicação do salário mínimo, será o país dividido em 22 regiões, correspondentes aos Estados, Distrito Federal e Território do Acre.	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 84 (...) Parágrafo único - Em cada região, funcionará uma Comissão de Salário Mínimo, com sede na capital do Estado, no Distrito Federal e na sede do governo do Território do Acre.	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 86 - Sempre que, em uma região ou zona, se verificarem diferenças de padrão de vida, determinadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo, poderá o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta da respectiva Comissão de Salário Mínimo e ouvido o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, autorizá-la a subdividir a região ou zona, de acordo com tais circunstâncias.	

Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 86 (...) § 1º - Deverá ser efetuado, também em sua totalidade, e no ato da entrega da declaração, o pagamento do imposto devido, quando se verificar a hipótese do art. 52.	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 86 (...) § 2º - Enquanto não se verificarem as circunstâncias mencionadas neste artigo, vigorará nos municípios que se criarem o salário-mínimo fixado para os municípios de que tenham sido desmembrados.	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 86 (...) § 3º - No caso de novos municípios formados pelo desmembramento de mais de um município, vigorará neles, até que se verifiquem as referidas circunstâncias, o maior salário-mínimo estabelecido para os municípios que lhes deram origem.	
CAPÍTULO IV – DAS FÉRIAS ANUAIS Seção I – Do direito a férias e da sua duração		
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 130-A. Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção: I - dezoito dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte e duas horas, até vinte e cinco horas; II - dezesseis dias, para a duração do trabalho semanal superior a vinte horas, até vinte e duas horas; III - quatorze dias, para a duração do trabalho semanal superior a quinze horas, até vinte horas; IV - doze dias, para a duração do trabalho semanal superior a dez horas, até quinze horas; V - dez dias, para a duração do trabalho semanal superior a cinco horas, até dez horas; VI - oito dias, para a duração do trabalho semanal igual ou inferior a cinco horas.	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 130-A (...) Parágrafo único - O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.	
Seção II – Da concessão e da época das férias		
Art. 134 (...) § 1º - Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.	Sem correspondente	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 134 (...) § 2º - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.	
Art. 134 (...) § 3º - É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.	Sem correspondente	
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 143 (...) § 3º - O disposto neste artigo não se aplica aos empregados sob o regime de tempo parcial.	

TÍTULO II-A – DO DANO EXTRAPATRIMONIAL		
Art. 223-A - Aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título.	Sem correspondente	
Art. 223-B - Causa dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.	Sem correspondente	
Art. 223-C - A honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física. Art. 223-C - A etnia, a idade, a nacionalidade, a honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, o gênero, a orientação sexual, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa natural. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)	Sem correspondente	
Art. 223-D - A imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.	Sem correspondente	
Art. 223-E - São responsáveis pelo dano extrapatrimonial todos os que tenham colaborado para a ofensa ao bem jurídico tutelado, na proporção da ação ou da omissão.	Sem correspondente	
Art. 223-F - A reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.	Sem correspondente	
Art. 223-F (...) § 1º - Se houver cumulação de pedidos, o juízo, ao proferir a decisão, discriminará os valores das indenizações a título de danos patrimoniais e das reparações por danos de natureza extrapatrimonial.	Sem correspondente	
Art. 223-F (...) § 2º - A composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, não interfere na avaliação dos danos extrapatrimoniais.	Sem correspondente	
Art. 223-G - Ao apreciar o pedido, o juízo considerará: I - a natureza do bem jurídico tutelado; II - a intensidade do sofrimento ou da humilhação; III - a possibilidade de superação física ou psicológica; IV - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; V - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; VI - as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; VII - o grau de dolo ou culpa; VIII - a ocorrência de retratação espontânea; IX - o esforço efetivo para minimizar a ofensa; X - o perdão, tácito ou expresso; XI - a situação social e econômica das partes envolvidas; XII - o grau de publicidade da ofensa.	Sem correspondente	

<p>Art. 223-G (...) § 1º - Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (OBJETO DA ADI 5870)</p> <p>I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; (OBJETO DA ADI 5870)</p> <p>II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; (OBJETO DA ADI 5870)</p> <p>III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; (OBJETO DA ADI 5870)</p> <p>IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido. (OBJETO DA ADI 5870)</p> <p>§ 1º Ao julgar procedente o pedido, o juízo fixará a reparação a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação: (OBJETO DA ADI 5870) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>I - para ofensa de natureza leve - até três vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social; (OBJETO DA ADI 5870) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>II - para ofensa de natureza média – até cinco vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social; (OBJETO DA ADI 5870) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>III - para ofensa de natureza grave - até vinte vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social; ou (OBJETO DA ADI 5870) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>IV - para ofensa de natureza gravíssima - até cinquenta vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (OBJETO DA ADI 5870) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 223-G (...) § 2º - Se o ofendido for pessoa jurídica, a indenização será fixada com observância dos mesmos parâmetros estabelecidos no § 1º deste artigo, mas em relação ao salário contratual do ofensor.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 223-G (...) § 3º - Na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização.</p> <p>§ 3º - Na reincidência de quaisquer das partes, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 223-G (...) § 4º - Para fins do disposto no § 3º, a reincidência ocorrerá se ofensa idêntica ocorrer no prazo de até dois anos, contado do trânsito em julgado da decisão condenatória. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 223-G (...) § 5º - Os parâmetros estabelecidos no § 1º não se aplicam aos danos extrapatrimoniais decorrentes de morte. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	<p>Sem correspondente</p>	
TÍTULO III – DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO CAPÍTULO III – DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER Seção I – Da duração, condições do trabalho e da discriminação contra a mulher		
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 372 (...) Parágrafo único - Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.</p>	
Seção III – Dos períodos de descanso		
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.</p>	
Seção V – Da proteção à maternidade		
<p>Art. 394-A - Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:</p> <p>I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; (Revogação prevista na MP 808/2017 - perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; (OBJETO DA ADI 5938) (Revogação prevista na MP 808/2017 - perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação. (OBJETO DA ADI 5938) (Revogação prevista na MP 808/2017 - perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>Art. 394-A - A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	<p>Art. 394-A - A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.</p>	
<p>Art. 394-A (...) § 2º - Cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.</p> <p>§ 2º - O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	<p>Sem correspondente</p>	

<p>Art. 394-A (...) § 3º - Quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada nos termos do caput deste artigo exerça suas atividades em local salubre na empresa, a hipótese será considerada como gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade, nos termos da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, durante todo o período de afastamento.</p> <p>§ 3º - A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 396 (...) § 2º - Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.</p>	Sem correspondente	
TÍTULO IV – DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS		
<p>Art. 442-B - A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.</p> <p>Art. 442-B - A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 442-B (...) § 1º - É vedada a celebração de cláusula de exclusividade no contrato previsto no caput. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 442-B (...) § 2º - Não caracteriza a qualidade de empregado prevista no art. 3º o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 442-B (...) § 3º - O autônomo poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviços que exerçam ou não a mesma atividade econômica, sob qualquer modalidade de contrato de trabalho, inclusive como autônomo. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 442-B (...) § 4º - Fica garantida ao autônomo a possibilidade de recusa de realizar atividade demandada pelo contratante, garantida a aplicação de cláusula de penalidade prevista em contrato. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 442-B (...) § 5º - Motoristas, representantes comerciais, corretores de imóveis, parceiros, e trabalhadores de outras categorias profissionais reguladas por leis específicas relacionadas a atividades compatíveis com o contrato autônomo, desde que cumpridos os requisitos do caput, não possuirão a qualidade de empregado prevista o art. 3º. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 442-B (...) § 6º - Presente a subordinação jurídica, será reconhecido o vínculo empregatício. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 442-B (...) § 7º - O disposto no <i>caput</i> se aplica ao autônomo, ainda que exerça atividade relacionada ao negócio da empresa contratante. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 443 - O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829, DA ADI 5826, DA ADI 5806)</p>	Art. 443 - O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.	
<p>Art. 443 (...) § 3º - Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829, DA ADI 5826 E DA ADI 5806)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 444 (...) Parágrafo único - A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 448-A - Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores prevista nos arts. 10 e 448 desta Consolidação, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 448-A (...) Parágrafo único - A empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A - O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>Art. 452-A. O contrato de trabalho intermitente será celebrado por escrito e registrado na CTPS, ainda que previsto acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, e conterá: (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>I - identificação, assinatura e domicílio ou sede das partes; (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>II - valor da hora ou do dia de trabalho, que não poderá ser inferior ao valor horário ou diário do salário mínimo, assegurada a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e observado o disposto no § 12; e (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>III - o local e o prazo para o pagamento da remuneração. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 452-A (...) § 1º - O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 2º - Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>§ 2º - Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de vinte e quatro horas para responder ao chamado, presumida, no silêncio, a recusa. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 3º - A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 4º - Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>(Revogação prevista na MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 5º - O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>(Revogação prevista na MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 6º - Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das seguintes parcelas: (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>§ 6º - Na data acordada para o pagamento, observado o disposto no § 11, o empregado receberá, de imediato, as seguintes parcelas: (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>I – remuneração; (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>II - férias proporcionais com acréscimo de um terço; (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>III - décimo terceiro salário proporcional; (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>IV - repouso semanal remunerado; e (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p> <p>V - adicionais legais. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 452-A (...) § 7º - O recibo de pagamento deverá conter a discriminação dos valores pagos relativos a cada uma das parcelas referidas no § 6º deste artigo. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 8º - O empregador efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma da lei, com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (Revogação prevista na MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 9º - A cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, um mês de férias, período no qual não poderá ser convocado para prestar serviços pelo mesmo empregador. (OBJETO DA ADI 5950, DA ADI 5829 E DA ADI 5826)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 10 - O empregado, mediante prévio acordo com o empregador, poderá usufruir suas férias em até três períodos, nos termos dos § 1º e § 2º do art. 134. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 11 - Na hipótese de o período de convocação exceder um mês, o pagamento das parcelas a que se referem o § 6º não poderá ser estipulado por período superior a um mês, contado a partir do primeiro dia do período de prestação de serviço. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 12 - O valor previsto no inciso II do <i>caput</i> não será inferior àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 13 - Para os fins do disposto neste artigo, o auxílio-doença será devido ao segurado da Previdência Social a partir da data do início da incapacidade, vedada a aplicação do disposto § 3º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 1991. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 14 - O salário maternidade será pago diretamente pela Previdência Social, nos termos do disposto no § 3º do art. 72 da Lei nº 8.213, de 1991. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-A (...) § 15 - Constatada a prestação dos serviços pelo empregado, estarão satisfeitos os prazos previstos nos § 1º e § 2º. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 452-B. É facultado às partes convencionar por meio do contrato de trabalho intermitente: (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>I - locais de prestação de serviços; (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>II - turnos para os quais o empregado será convocado para prestar serviços; (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>III - formas e instrumentos de convocação e de resposta para a prestação de serviços; (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>IV - formato de reparação recíproca na hipótese de cancelamento de serviços previamente agendados nos termos dos § 1º e § 2º do art. 452-A. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-C - Para fins do disposto no § 3º do art. 443, considera-se período de inatividade o intervalo temporal distinto daquele para o qual o empregado intermitente haja sido convocado e tenha prestado serviços nos termos do § 1º do art. 452-A. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-C (...) § 1º - Durante o período de inatividade, o empregado poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviço, que exerçam ou não a mesma atividade econômica, utilizando contrato de trabalho intermitente ou outra modalidade de contrato de trabalho. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-C (...) § 2º - No contrato de trabalho intermitente, o período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador e não será remunerado, hipótese em que restará descaracterizado o contrato de trabalho intermitente caso haja remuneração por tempo à disposição no período de inatividade. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-D - Decorrido o prazo de um ano sem qualquer convocação do empregado pelo empregador, contado a partir da data da celebração do contrato, da última convocação ou do último dia de prestação de serviços, o que for mais recente, será considerado rescindido de pleno direito o contrato de trabalho intermitente. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 452-E - Ressalvadas as hipóteses a que se referem os art. 482 e art. 483, na hipótese de extinção do contrato de trabalho intermitente serão devidas as seguintes verbas rescisórias: (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>I - pela metade: (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>a) o aviso prévio indenizado, calculado conforme o art. 452-F; e (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-E (...) § 1º - A extinção de contrato de trabalho intermitente permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, limitada a até oitenta por cento do valor dos depósitos. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-E (...) § 2º - A extinção do contrato de trabalho intermitente a que se refere este artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-F - As verbas rescisórias e o aviso prévio serão calculados com base na média dos valores recebidos pelo empregado no curso do contrato de trabalho intermitente. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-F (...) § 1º - No cálculo da média a que se refere o caput, serão considerados apenas os meses durante os quais o empregado tenha recebido parcelas remuneratórias no intervalo dos últimos doze meses ou o período de vigência do contrato de trabalho intermitente, se este for inferior. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-F (...) § 2º - O aviso prévio será necessariamente indenizado, nos termos dos § 1º e § 2º do art. 487. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 452-G - Até 31 de dezembro de 2020, o empregado registrado por meio de contrato de trabalho por prazo indeterminado demitido não poderá prestar serviços para o mesmo empregador por meio de contrato de trabalho intermitente pelo prazo de dezoito meses, contado da data da demissão do empregado. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 452-H - No contrato de trabalho intermitente, o empregador efetuará o recolhimento das contribuições previdenciárias próprias e do empregado e o depósito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações, observado o disposto no art. 911-A. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 456-A - Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 456-A (...) Parágrafo único - A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, salvo nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum.</p>	Sem correspondente	
CAPÍTULO II – DA REMUNERAÇÃO		
<p>Art. 457 (...) § 1º - Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador. § 1º - Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e de função e as comissões pagas pelo empregador. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	<p>Art. 457 (...) § 1º - Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.</p>	
<p>Art. 457 (...) § 2º - As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. § 2º - As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, limitadas a cinquenta por cento da remuneração mensal, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, as diárias para viagem e os prêmios não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	<p>§ 2º - Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.</p>	
<p>Art. 457 (...) § 4º - Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 12 - A gorjeta a que se refere o § 3º não constitui receita própria dos empregadores, destina-se aos trabalhadores e será distribuída segundo os critérios de custeio e de rateio definidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	<p>§ 4º - A gorjeta mencionada no § 3º não constitui receita própria dos empregadores, destina-se aos trabalhadores e será distribuída segundo critérios de custeio e de rateio definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.</p>	
<p>Art. 457 (...) § 13 - Se inexistir previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, os critérios de rateio e distribuição da gorjeta e os percentuais de retenção previstos nos § 14 e § 15 serão definidos em assembleia geral dos trabalhadores, na forma estabelecida no art. 612. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 457 (...) § 14 – As empresas que cobrarem a gorjeta de que trata o § 3º deverão: (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>I - quando inscritas em regime de tributação federal diferenciado, lançá-la na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até vinte por cento da arrecadação correspondente, mediante previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, hipótese em que o valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador; (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>II - quando não inscritas em regime de tributação federal diferenciado, lançá-la na respectiva nota de consumo, facultada a retenção de até trinta e três por cento da arrecadação correspondente, mediante previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, para custear os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas derivados da sua integração à remuneração dos empregados, hipótese em que o valor remanescente deverá ser revertido integralmente em favor do trabalhador; e (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p> <p>III - anotar na CTPS e no contracheque de seus empregados o salário contratual fixo e o percentual percebido a título de gorjeta. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 15 - A gorjeta, quando entregue pelo consumidor diretamente ao empregado, terá seus critérios definidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, facultada a retenção nos parâmetros estabelecidos no § 14. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 16 - As empresas anotarão na CTPS de seus empregados o salário fixo e a média dos valores das gorjetas referente aos últimos doze meses. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 17 - Cessada pela empresa a cobrança da gorjeta de que trata o § 3º, desde que cobrada por mais de doze meses, essa se incorporará ao salário do empregado, a qual terá como base a média dos últimos doze meses, sem prejuízo do estabelecido em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 18 - Para empresas com mais de sessenta empregados, será constituída comissão de empregados, mediante previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, para acompanhamento e fiscalização da regularidade da cobrança e distribuição da gorjeta de que trata o § 3º, cujos representantes serão eleitos em assembleia geral convocada para esse fim pelo sindicato laboral e gozarão de garantia de emprego vinculada ao desempenho das funções para que foram eleitos, e, para as demais empresas, será constituída comissão intersindical para o referido fim. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 19 - Comprovado o descumprimento ao disposto nos § 12, § 14, § 15 e § 17, o empregador pagará ao trabalhador prejudicado, a título de multa, o valor correspondente a um trinta avos da média da gorjeta por dia de atraso, limitada ao piso da categoria, assegurados, em qualquer hipótese, o princípio do contraditório e da ampla defesa. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 457 (...) § 20 - A limitação prevista no § 19 será triplicada na hipótese de reincidência do empregador. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 21 - Considera-se reincidente o empregador que, durante o período de doze meses, descumprir o disposto nos § 12, § 14, § 15 e § 17 por período superior a sessenta dias. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 22 - Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, até duas vezes ao ano, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 457 (...) § 23 - Incidem o imposto sobre a renda e quaisquer outros encargos tributários sobre as parcelas referidas neste artigo, exceto aquelas expressamente isentas em lei específica. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 458 (...) § 5º - O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 461 - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.</p>	Art. 461 - Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.	
<p>Art. 461 (...) § 1º - Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.</p>	Art. 461 (...) § 1º - Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 (dois) anos.	
<p>Art. 461 (...) § 2º - Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público.</p>	Art. 461 (...) § 2º - Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento.	
<p>Art. 461 (...) § 3º - No caso do § 2º deste artigo, as promoções poderão ser feitas por merecimento e por antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro de cada categoria profissional.</p>	Art. 461 (...) § 3º - No caso do parágrafo anterior, as promoções deverão ser feitas alternadamente por merecimento e por antiguidade, dentro de cada categoria profissional.	
<p>Art. 461 (...) § 5º - A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 461 (...) § 6º - No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
<p>Art. 468 (...) § 1º - Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.</p>	<p>Art. 468 (...) Parágrafo único - Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.</p>	
<p>Art. 468 (...) § 2º - A alteração de que trata o § 1º deste artigo, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente, que não será incorporada, independentemente do tempo de exercício da respectiva função.</p>	<p>Sem correspondente</p>	
CAPÍTULO V – DA RESCISÃO		
<p>Art. 477 - Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.</p>	<p>Art. 477 - É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja êle dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.</p>	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 477 (...) § 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.</p>	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2018</p>	<p>Art. 477 (...) § 3º - Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Represente do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento dêste, pelo Juiz de Paz.</p>	
<p>Art. 477 (...) § 4º - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado: I - em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, conforme acordem as partes; ou II - em dinheiro ou depósito bancário quando o empregado for analfabeto.</p>	<p>Art. 477 (...) § 4º - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.</p>	
<p>Art. 477 (...) § 6º - A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato. a) Revogado b) Revogado</p>	<p>Art. 477 (...) § 6º - O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989) a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989) b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.</p>	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 477 (...) § 7º - O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador.</p>	

<p>Art. 477 (...) § 10 - A anotação da extinção do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social é documento hábil para requerer o benefício do seguro-desemprego e a movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nas hipóteses legais, desde que a comunicação prevista no caput deste artigo tenha sido realizada.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 477-A - As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação. (OBJETO DA ADI 5950)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 477-B - Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 482 (...) m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 484-A - O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas:</p> <p>I - por metade: a) o aviso prévio, se indenizado; e b) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;</p> <p>II - na integralidade, as demais verbas trabalhistas.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 484-A (...) § 1º - A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 484-A (...) § 2º - A extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.</p>	Sem correspondente	
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS		
<p>Art. 507-A - Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei no 9.307, de 23 de setembro de 1996.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 507-B - É facultado a empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 507-B (...) Parágrafo único. O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.</p>	Sem correspondente	

TÍTULO IV-A – DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS		
Art. 510-A - Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-A (...) § 1º A comissão será composta: (OBJETO DA ADI 5810) I - nas empresas com mais de duzentos e até três mil empregados, por três membros; (OBJETO DA ADI 5810) II - nas empresas com mais de três mil e até cinco mil empregados, por cinco membros; (OBJETO DA ADI 5810) III - nas empresas com mais de cinco mil empregados, por sete membros. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-A (...) § 2º - No caso de a empresa possuir empregados em vários Estados da Federação e no Distrito Federal, será assegurada a eleição de uma comissão de representantes dos empregados por Estado ou no Distrito Federal, na mesma forma estabelecida no § 1º deste artigo. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-B – A comissão de representantes dos empregados terá as seguintes atribuições: (OBJETO DA ADI 5810) I - representar os empregados perante a administração da empresa; (OBJETO DA ADI 5810) II - aprimorar o relacionamento entre a empresa e seus empregados com base nos princípios da boa-fé e do respeito mútuo; (OBJETO DA ADI 5810) III - promover o diálogo e o entendimento no ambiente de trabalho com o fim de prevenir conflitos; (OBJETO DA ADI 5810) IV - buscar soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho, de forma rápida e eficaz, visando à efetiva aplicação das normas legais e contratuais; (OBJETO DA ADI 5810) V - assegurar tratamento justo e imparcial aos empregados, impedindo qualquer forma de discriminação por motivo de sexo, idade, religião, opinião política ou atuação sindical; (OBJETO DA ADI 5810) VI - encaminhar reivindicações específicas dos empregados de seu âmbito de representação; (OBJETO DA ADI 5810) VII - acompanhar o cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-B (...) § 1º - As decisões da comissão de representantes dos empregados serão sempre colegiadas, observada a maioria simples. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	

Art. 510-B (...) § 2º - A comissão organizará sua atuação de forma independente. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C - A eleição será convocada, com antecedência mínima de trinta dias, contados do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição de candidatura. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C (...) § 1º - Será formada comissão eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, vedada a interferência da empresa e do sindicato da categoria. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C (...) § 2º - Os empregados da empresa poderão candidatar-se, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio, ainda que indenizado. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C (...) § 3º - Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação secreta, vedado o voto por representação. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C (...) § 4º - A comissão tomará posse no primeiro dia útil seguinte à eleição ou ao término do mandato anterior. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C (...) § 5º - Se não houver candidatos suficientes, a comissão de representantes dos empregados poderá ser formada com número de membros inferior ao previsto no art. 510-A desta Consolidação. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-C (...) § 6º - Se não houver registro de candidatura, será lavrada ata e convocada nova eleição no prazo de um ano. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-D - O mandato dos membros da comissão de representantes dos empregados será de um ano. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-D (...) § 1º - O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão não poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-D (...) § 2º - O mandato de membro de comissão de representantes dos empregados não implica suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, devendo o empregado permanecer no exercício de suas funções. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	
Art. 510-D (...) § 3º - Desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, o membro da comissão de representantes dos empregados não poderá sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro. (OBJETO DA ADI 5810)	Sem correspondente	

<p>Art. 510-D (...) § 4º - Os documentos referentes ao processo eleitoral devem ser emitidos em duas vias, as quais permanecerão sob a guarda dos empregados e da empresa pelo prazo de cinco anos, à disposição para consulta de qualquer trabalhador interessado, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho. (OBJETO DA ADI 5810)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 510-E - A comissão de representantes dos empregados não substituirá a função do sindicato de defender os direitos e os interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, hipótese em que será obrigatória a participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, nos termos do incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO SINDICAL Seção VI – Dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados		
<p>Art. 545 - Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados. (OBJETO DA ADI 5945, DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5887, DA ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811, DA ADI 5810, DA ADI 5806, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 545 - Os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao Sindicato, quando por este notificados, salvo quanto à contribuição sindical, cujo desconto independe dessas formalidades.</p>	
CAPÍTULO III – DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL Seção I – Da fixação e do recolhimento do imposto sindical		
<p>Art. 578 - As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas. (OBJETO DA ADI 5945, DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5887, DA ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5850, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811, DA ADI 5810, DA ADI 5806, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 578 - As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação do imposto sindical, , pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo.</p>	
<p>Art. 579 - O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação. (OBJETO DA ADI 5945, DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5887, DA ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5850, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811 E DA ADI 5810, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 579 - A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591.</p>	
<p>Art. 582 - Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos. (OBJETO DA ADI 5945, DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5887, ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5850, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811, DA ADI 5810, DA ADI 5806, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 582 - Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos sindicatos.</p>	

<p>Art. 583 - O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação. (OBJETO DA ADI 5945, DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA 5887, DA ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5850, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811, DA ADI 5810, DA ADI 5806, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 583 - O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro.</p>	
<p>Art. 587 - Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requerem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade. (OBJETO DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5887, DA ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5850, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811, DA ADI 5810, DA ADI 5806, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 587 - O recolhimento da contribuição sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.</p>	
Seção V – Disposições gerais		
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017 (OBJETO DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5885, DA ADI 5865 E DA ADI 5810)</p>	<p>Art. 601 - No ato da admissão de qualquer empregado, dele exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação do imposto sindical.</p>	
<p>Art. 602 - Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho. (OBJETO DA ADI 5923, DA ADI 5913, DA ADI 5912, DA ADI 5900, DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5887, DA ADI 5885, DA ADI 5865, DA ADI 5859, DA ADI 5850, DA ADI 5815, DA ADI 5813, DA ADI 5811, DA ADI 5810, DA ADI 5806, DA ADI 5794, JULGADAS IMPROCEDENTES, E DA ADC 55, JULGADA PROCEDENTE)</p>	<p>Art. 602 - Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da imposto sindical serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.</p>	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017 (OBJETO DA ADI 5892, DA ADI 5888, DA ADI 5885, DA ADI 5865 E DA ADI 5810)</p>	<p>Art. 604 - Os agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos que lhes forem solicitados, inclusive exibição de quitação do imposto sindical.</p>	
TÍTULO VI – CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO		

Art. 611-A - A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: **(OBJETO DA DA ADI 5850)**

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho, observados os incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição, têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: **(MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)**

I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

II - banco de horas anual;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

IV - adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

V - plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

VI - regulamento empresarial;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

VII - representante dos trabalhadores no local de trabalho;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

VIII - teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; **(OBJETO DA DA ADI 5850)**

Sem correspondente

IX - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

X - modalidade de registro de jornada de trabalho;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

XI - troca do dia de feriado;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

XII - enquadramento do grau de insalubridade

;(OBJETO DA DA ADI 5850)

XII - enquadramento do grau de insalubridade e prorrogação de jornada em locais insalubres, incluída a possibilidade de contratação de perícia, afastada a licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, desde que respeitadas, na integralidade, as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

(MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)

XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

(Revogação prevista na MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)

XIV - prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;

(OBJETO DA DA ADI 5850)

XV - participação nos lucros ou resultados da empresa.

(OBJETO DA DA ADI 5850)

<p>Art. 611-A (...) § 1º - No exame da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho observará o disposto no § 3º do art. 8º desta Consolidação. (OBJETO DA ADI 5850)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 611-A (...) § 2º - A inexistência de expressa indicação de contrapartidas recíprocas em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho não ensejará sua nulidade por não caracterizar um vício do negócio jurídico. (OBJETO DA ADI 5850)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 611-A (...) § 3º - Se for pactuada cláusula que reduza o salário ou a jornada, a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho deverão prever a proteção dos empregados contra dispensa imotivada durante o prazo de vigência do instrumento coletivo. (OBJETO DA ADI 5850)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 611-A (...) § 4º - Na hipótese de procedência de ação anulatória de cláusula de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, quando houver a cláusula compensatória, esta deverá ser igualmente anulada, sem repetição do indébito. (OBJETO DA ADI 5850)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 611-A (...) § 5º Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos. (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>§ 5º - Os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho participarão, como litisconsortes necessários, em ação coletiva que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos, vedada a apreciação por ação individual. (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 3º A obrigação de formar o litisconsórcio necessário a que se refere o art. 611-A, §5º, da CLT dar-se-á nos processos iniciados a partir de 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2-17).</i></p>
<p>Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>I - normas de identificação profissional, inclusive as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>III - valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>IV - salário mínimo; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>V - valor nominal do décimo terceiro salário; (OBJETO DA ADI 5850)</p>		

VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
(OBJETO DA ADI 5850)

VII - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
(OBJETO DA ADI 5850)

VIII - salário-família;
(OBJETO DA ADI 5850)

IX - repouso semanal remunerado;
(OBJETO DA ADI 5850)

X - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal;
(OBJETO DA ADI 5850)

XI - número de dias de férias devidas ao empregado;
(OBJETO DA ADI 5850)

XII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
(OBJETO DA ADI 5850)

XIII - licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias;
(OBJETO DA ADI 5850)

XIV - licença-paternidade nos termos fixados em lei;
(OBJETO DA ADI 5850)

XV - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
(OBJETO DA ADI 5850)

XVI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
(OBJETO DA ADI 5850)

XVII - normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
(OBJETO DA ADI 5850)

XVIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas;
(OBJETO DA ADI 5850)

Sem correspondente

<p>XIX - aposentadoria; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XX - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXI - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXII - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXIV - medidas de proteção legal de crianças e adolescentes; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXVI - liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho; (OBJETO DA ADI 5865 E DA ADI 5810)</p> <p>XXVII - direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXVIII - definição legal sobre os serviços ou atividades essenciais e disposições legais sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade em caso de greve; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXIX - tributos e outros créditos de terceiros; (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>XXX - as disposições previstas nos arts. 373-A, 390, 392, 392-A, 394, 394-A, 395, 396 e 400 desta Consolidação. (OBJETO DA ADI 5850)</p> <p>Parágrafo único. Regras sobre duração do trabalho e intervalos não são consideradas como normas de saúde, higiene e segurança do trabalho para os fins do disposto neste artigo. (OBJETO DA ADI 5850)</p>		
<p>Art. 614 (...) § 3º - Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.</p>	<p>Art. 614 (...) § 3º - Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acôrdo superior a 2 (dois) anos.</p>	
<p>Art. 620 - As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.</p>	<p>Art. 620 – As condições estabelecidas em Convenção quando mais favoráveis, prevalecerão sôbre as estipuladas em Acôrdo.</p>	
<p>TÍTULO VII – DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS CAPÍTULO I – DA FISCALIZAÇÃO, DA AUTUAÇÃO E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS</p>		

Art. 634 (...) § 1º - A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.	Art. 634 (...) Parágrafo único. A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.	
Art. 634 (...) § 2º - Os valores das multas administrativas expressos em moeda corrente serão reajustados anualmente pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou pelo índice que vier a substituí-lo.	Sem correspondente	
CAPÍTULO II – DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO Seção II – Da jurisdição e competência das Juntas		
Art. 652 - Compete às Varas do Trabalho :	Art. 652 - Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento:	
Art. 652 (...) f) decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho.	Sem correspondente	
CAPÍTULO V – DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO Seção III – Da competência do Conselho Pleno		
Art. 702 - Ao Tribunal Pleno compete: I – em única instância: f) estabelecer ou alterar súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme, pelo voto de pelo menos dois terços de seus membros, caso a mesma matéria já tenha sido decidida de forma idêntica por unanimidade em, no mínimo, dois terços das turmas em pelo menos dez sessões diferentes em cada uma delas, podendo, ainda, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial;	Art. 702 - Ao Tribunal Pleno compete: I - em única instância: f) estabelecer súmulas de jurisprudência uniforme, na forma prescrita no Regimento Interno.	Ver: Arguição de Inconstitucionalidade – TST
Art. 702 (...) § 3º - As sessões de julgamento sobre estabelecimento ou alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência deverão ser públicas, divulgadas com, no mínimo, trinta dias de antecedência, e deverão possibilitar a sustentação oral pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Advogado-Geral da União e por confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.	Sem correspondente	
Art. 702 (...) § 4º - O estabelecimento ou a alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho deverão observar o disposto na alínea f do inciso I e no § 3º deste artigo, com rol equivalente de legitimados para sustenção oral, observada a abrangência de sua circunscrição judiciária.	Sem correspondente	
TÍTULO X – DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO CAPÍTULO II – DO PROCESSO EM GERAL Seção I – Dos atos, termos e prazos processuais		
Art. 775 – Os prazos estabelecidos neste Título serão contados em dias úteis, com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.	Art. 775 - Os prazos estabelecidos neste Título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.	
Art. 775 (...) § 1º - Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, nas seguintes hipóteses: I - quando o juízo entender necessário; II - em virtude de força maior, devidamente comprovada.	Art. 775 (...) Parágrafo único - Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.	

<p>Art. 775 (...) § 2º - Ao juízo incumbe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.</p>	Sem correspondente	
Seção III – Das cutas e emolumentos		
<p>Art. 789 – Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão calculadas:</p>	<p>Art. 789 – Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e serão calculadas:</p>	<p><i>Art. 4º O art. 789, caput, da CLT aplica-se nas decisões que fixem custas, proferidas a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017.</i></p>
<p>Art. 790 (...) § 3º - É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.</p>	<p>Art. 790 (...) § 3º - É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família</p>	
<p>Art. 790 (...) § 4º - O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 790-B - A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita. (OBJETO DA ADI 5766)</p>	<p>Art. 790-B - A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.</p>	
<p>Art. 790-B (...) § 1º - Ao fixar o valor dos honorários periciais, o juízo deverá respeitar o limite máximo estabelecido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 790-B (...) § 2º - O juízo poderá deferir parcelamento dos honorários periciais.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 5º O art. 790-B, caput e §§ 1º a 4º, da CLT, não se aplica aos processos iniciados antes de 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017).</i></p>
<p>Art. 790-B (...) § 3º - O juízo não poderá exigir adiantamento de valores para realização de perícias.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 790-B (...) § 4º - Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo. (OBJETO DA ADI 5766)</p>	Sem correspondente	
Seção IV – Das partes e dos procuradores		
<p>Art. 791-A - Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (OBJETO DA ADI 5766)</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 791-A (...) § 1º - Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 791-A (...) § 2º - Ao fixar os honorários, o juízo observará:</p> <p>I - o grau de zelo do profissional;</p> <p>II - o lugar de prestação do serviço;</p> <p>III - a natureza e a importância da causa;</p> <p>IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 6º Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST.</i></p>
<p>Art. 791-A (...) § 3º - Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 791-A (...) § 4º - Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (OBJETO DA ADI 5766)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 791-A (...) § 5º - São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.</p>	Sem correspondente	
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	Art. 792 - Os maiores de 18 (dezoito) e menores de 21 (vinte e um) anos e as mulheres casadas poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais, tutores ou maridos.	
Seção V-A – Da responsabilidade por dano processual		
<p>Art. 793-A - Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 793-B - Considera-se litigante de má-fé aquele que:</p> <p>I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;</p> <p>II - alterar a verdade dos fatos;</p> <p>III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;</p> <p>IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;</p> <p>V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;</p> <p>VI - provocar incidente manifestamente infundado;</p> <p>VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 7º Os arts. 793-A, 793-B e 793-C, § 1º, da CLT têm aplicação autônoma e imediata.</i></p>

<p>Art. 793-C - De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 8º A condenação de que trata o art. 793-C, caput, da CLT, aplica-se apenas às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017).</i></p>
<p>Art. 793-C (...) § 1º - Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 7º Os arts. 793-A, 793-B e 793-C, § 1º, da CLT têm aplicação autônoma e imediata.</i></p>
<p>Art. 793-C (...) § 2º - Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 9º O art. 793-C, §§ 2º e 3º, da CLT tem aplicação apenas nas ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017).</i></p>
<p>Art. 793-C (...) § 3º - O valor da indenização será fixado pelo juízo ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 793-D - Aplica-se a multa prevista no art. 793-C desta Consolidação à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 10 O disposto no caput do art. 793-D será aplicável às ações ajuizadas a partir da vigência da Lei nº 13.467/2017.</i></p>
<p>Art. 793-D (...) Parágrafo único – A execução da multa prevista neste artigo dar-se-á nos mesmos autos.</p>	Sem correspondente	<p><i>Parágrafo único. Após a colheita da prova oral, a aplicação da multa à testemunha dar-se-á na sentença e será precedida de instauração de incidente mediante o qual o juiz indicará o ponto ou os pontos controvertidos no depoimento, assegurados o contraditório, a defesa, com os meios a ela inerentes, além de possibilitar a retratação.</i></p>
Seção VI – Das exceções		
<p>Art. 800 - Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.</p>	Art. 800 - Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.	<p><i>Art. 11 A exceção de incompetência territorial, disciplinada no art. 800 da CLT, é imediatamente aplicável aos processos trabalhistas em curso, desde que o recebimento da notificação seja posterior a 11 de novembro de 2017 (Lei 13.467/2017).</i></p>
<p>Art. 800 (...) § 1º - Protocolada a petição, será suspenso o processo e não se realizará a audiência a que se refere o art. 843 desta Consolidação até que se decida a exceção.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 800 (...) § 2º - Os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de cinco dias.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 800 (...) § 3º - Se entender necessária a produção de prova oral, o juízo designará audiência, garantindo o direito de o excipiente e de suas testemunhas serem ouvidos, por carta precatória, no juízo que este houver indicado como competente.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 800 (...) § 4º - Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.</p>	Sem correspondente	

Seção IX – Das provas		
Art. 818 – O ônus da prova incumbe: I - ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.	Art. 818 - A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.	
Art. 818 (...) § 1º - Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos deste artigo ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juízo atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.	Sem correspondente	
Art. 818 (...) § 2º - A decisão referida no § 1º deste artigo deverá ser proferida antes da abertura da instrução e, a requerimento da parte, implicará o adiamento da audiência e possibilitará provar os fatos por qualquer meio em direito admitido.	Sem correspondente	
Art. 818 (...) § 3º - A decisão referida no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.	Sem correspondente	
CAPÍTULO III – DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS Seção I – Da forma de reclamação e da notificação		
Art. 840 (...) § 1º - Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.	Art. 840 (...) § 1º - Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do Presidente da Junta, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.	<i>Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. [...] § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil.</i>
Art. 840 (...) § 2º - Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no § 1º deste artigo.	Art. 840 (...) § 2º - Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em 2 (duas) vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.	
Art. 840 (...) § 3º - Os pedidos que não atendam ao disposto no § 1º deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito.	Sem correspondente	
Art. 841 (...) § 3º - Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.	Sem correspondente	
Seção II – Da audiência de julgamento		
Art. 843 (...) § 3º - O preposto a que se refere o § 1º deste artigo não precisa ser empregado da parte reclamada.	Sem correspondente	<i>Art. 12. [...] § 1º Aplica-se o disposto no art. 843, § 3º, da CLT somente às audiências trabalhistas realizadas após 11 de novembro de 2017. [...] § 3º Nos termos do art. 843, § 3º, e do art. 844, § 5º, da CLT, não se admite a cumulação das condições de advogado e preposto.</i>

Art. 844 (...) § 1º - Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.	Art. 844 (...) Parágrafo único - Ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o presidente suspender o julgamento, designando nova audiência.	
Art. 844 (...) § 2º - Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789 desta Consolidação, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável. (OBJETO DA ADI 5766)	Sem correspondente	
Art. 844 (...) § 3º - O pagamento das custas a que se refere o § 2º é condição para a propositura de nova demanda.	Sem correspondente	
Art. 844 (...) § 4º - A revelia não produz o efeito mencionado no <i>caput</i> deste artigo se: I - havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação; II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis; III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; IV - as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.	Sem correspondente	
Art. 844 (...) § 5º - Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.	Sem correspondente	Art. 12. [...] § 3º Nos termos do art. 843, § 3º, e do art. 844, § 5º, da CLT, não se admite a cumulação das condições de advogado e preposto.
Art. 847 (...) Parágrafo único - A parte poderá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.	Sem correspondente	
Seção IV – Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica		
Art. 855-A - Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.	Sem correspondente	
Art. 855-A (...) § 1º - Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente: I - na fase de cognição, não cabe recurso de imediato, na forma do § 1º do art. 893 desta Consolidação; II - na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo; III - cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.	Sem correspondente	Art. 13. A partir da vigência da Lei nº 13.467/2017, a iniciativa do juiz na execução de que trata o art. 878 da CLT e no incidente de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 855-A da CLT ficará limitada aos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado. Art. 17. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, regulado pelo CPC (artigos 133 a 137), aplica-se ao processo do trabalho, com as inovações trazidas pela Lei nº 13.467/2017.
Art. 855-A (...) § 2º - A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).	Sem correspondente	

CAPÍTULO III-A DO PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL		
Art. 855-B – O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.	Sem correspondente	
Art. 855-B (...) § 1º - As partes não poderão ser representadas por advogado comum.	Sem correspondente	
Art. 855-B (...) § 2º - Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.	Sem correspondente	
Art. 855-C - O disposto neste Capítulo não prejudica o prazo estabelecido no § 6º do art. 477 desta Consolidação e não afasta a aplicação da multa prevista no § 8º art. 477 desta Consolidação.	Sem correspondente	
Art. 855-D - No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.	Sem correspondente	
Art. 855-E - A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.	Sem correspondente	
Art. 855-E (...) Parágrafo único - O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.	Sem correspondente	
CAPÍTULO V – DA EXECUÇÃO Seção I – Das disposições preliminares		
Art. 876 (...) Parágrafo único - A Justiça do Trabalho executará, de ofício, as contribuições sociais previstas na alínea a do inciso I e no inciso II do caput do art. 195 da Constituição Federal, e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar.	Art. 876 - As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executada pela forma estabelecida neste Capítulo.	
Art. 878 - A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.	Art. 878 - A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou ex officio pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior.	<i>Art. 13. A partir da vigência da Lei nº 13.467/2017, a iniciativa do juiz na execução de que trata o art. 878 da CLT e no incidente de descon sideração da personalidade jurídica a que alude o art. 855-Ada CLT ficará limitada aos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.</i>
Revogado pela Lei 13.467/2017	Art. 878 (...) Parágrafo único - Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.	
Art. 879 (...) § 2º - Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.	Art. 879 (...) § 2º - Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.	<i>Art. 14. A regra inscrita no art. 879, § 2º, da CLT, quanto ao dever de o juiz conceder prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada da conta de liquidação, não se aplica à liquidação de julgado iniciada antes de 11 de novembro de 2017.</i>

<p>Art. 879 (...) § 7º - A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei no 8.177, de 1º de março de 1991.</p>	Sem correspondente	
Seção II – Do mandado e da penhora		
<p>Art. 882 - O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 835 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.</p>	<p>Art. 882 - O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomeando bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do Código Processual Civil. (Redação dada pela Lei nº 8.432, de 1992)</p>	
<p>Art. 883-A - A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 15. O prazo previsto no art. 883-A da CLT, para as medidas de execução indireta nele especificadas, aplica-se somente às execuções iniciadas a partir de 11 de novembro de 2017.</i></p>
<p>Art. 884 (...) § 6º - A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 16. O art. 884, § 6º, da CLT aplica-se às entidades filantrópicas e seus diretores, em processos com execuções iniciadas após 11 de novembro de 2017.</i></p>
CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS		
<p>Art. 896 (...) § 1º-A (...) IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.</p>	Sem correspondente	<p><i>Art. 18. O dever de os Tribunais Regionais do Trabalho uniformizarem a sua jurisprudência faz incidir, subsidiariamente ao processo do trabalho, o art. 926 do CPC, por meio do qual os Tribunais deverão manter sua jurisprudência íntegra, estável e coerente.</i> § 1º Os incidentes de uniformização de jurisprudência suscitados ou iniciados antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho ou por iniciativa de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, deverão observar e serão concluídos sob a égide da legislação vigente ao tempo da interposição do recurso, segundo o disposto nos respectivos Regimentos Internos.</p>
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 896 (...) § 3º - Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência e aplicarão, nas causas da competência da Justiça do Trabalho, no que couber, o incidente de uniformização de jurisprudência previsto nos termos do Capítulo I do Título IX do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).</p>	<p><i>§ 1º Os incidentes de uniformização de jurisprudência suscitados ou iniciados antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho ou por iniciativa de decisão do Tribunal Superior do Trabalho, deverão observar e serão concluídos sob a égide da legislação vigente ao tempo da interposição do recurso, segundo o disposto nos respectivos Regimentos Internos.</i></p>
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 896 (...) § 4º - Ao constatar, de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, a existência de decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo Tribunal Regional do Trabalho sobre o tema objeto de recurso de revista, o Tribunal Superior do Trabalho determinará o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que proceda à uniformização da jurisprudência.</p>	<p><i>§ 2º Aos recursos de revista e de agravo de instrumento no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, conclusos aos relatores e ainda não julgados até a edição da Lei nº 13.467/17, não se aplicam as disposições contidas nos §§ 3º a 6º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.</i> § 3º As teses jurídicas preexistentes e os enunciados de Súmulas decorrentes do julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência suscitados ou iniciados anteriormente à edição da Lei nº 13.467/2017, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, conservam sua natureza vinculante à luz dos arts. 926, §§ 1º e 2º, e 927, III e V, do CPC.</p>
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 896 (...) § 5º - A providência a que se refere o § 4º deverá ser determinada pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, ao emitir juízo de admissibilidade sobre o recurso de revista, ou pelo Ministro Relator, mediante decisões irrecorríveis.</p>	<p><i>Art. 19. O exame da transcendência seguirá a regra estabelecida no art. 246 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, incidindo apenas sobre os acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho publicados a partir</i></p>
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 896 (...) § 6º - Após o julgamento do incidente a que se refere o § 3º, unicamente a súmula regional ou a tese jurídica preexistente no Tribunal Regional do Trabalho e não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho servirá como paradigma para viabilizar o conhecimento do recurso de revista, por divergência.</p>	<p><i>Art. 19. O exame da transcendência seguirá a regra estabelecida no art. 246 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, incidindo apenas sobre os acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho publicados a partir</i></p>

<p>Art. 896 (...) § 14 - O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, nas hipóteses de intempestividade, deserção, irregularidade de representação ou de ausência de qualquer outro pressuposto extrínseco ou intrínseco de admissibilidade.</p>	Sem correspondente	<p><i>de 11 de novembro de 2017, excluídas as decisões em embargos de declaração.</i></p>
<p>Art. 896-A (...) § 1º - São indicadores de transcendência, entre outros:</p> <p>I - econômica, o elevado valor da causa;</p> <p>II - política, o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal;</p> <p>III - social, a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado;</p> <p>IV - jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 896-A (...) § 2º - Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo desta decisão para o colegiado.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 896-A (...) § 3º - Em relação ao recurso que o relator considerou não ter transcendência, o recorrente poderá realizar sustentação oral sobre a questão da transcendência, durante cinco minutos em sessão.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 896-A (...) § 4º - Mantido o voto do relator quanto à não transcendência do recurso, será lavrado acórdão com fundamentação sucinta, que constituirá decisão irrecorrível no âmbito do tribunal.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 896-A (...) § 5º - É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 896-A (...) § 6º - O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 899 (...) § 4º - O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança. (OBJETO DA ADI 5867)</p>	<p>Art. 899 (...) § 4º - O depósito de que trata o § 1º far-se-á na conta vinculada do empregado a que se refere o art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º.</p>	<p><i>Art. 20. As disposições contidas nos §§ 4º, 9º, 10 e 11 do artigo 899 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, serão observadas para os recursos interpostos contra as decisões proferidas a partir de 11 de novembro de 2017.</i></p>
<p>Revogado pela Lei 13.467/2017</p>	<p>Art. 899 (...) § 5º - Se o empregado ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, a empresa procederá à respectiva abertura, para efeito do disposto no § 2º.</p>	
<p>Art. 899 (...) § 9º - O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.</p>	Sem correspondente	

<p>Art. 899 (...) § 10º - São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 899 (...) § 11º - O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.</p>	Sem correspondente	
CAPÍTULO VII – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES		
<p>Art. 911-A - O empregador efetuará o recolhimento das contribuições previdenciárias próprias e do trabalhador e o depósito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 911-A (...) § 1º - Os segurados enquadrados como empregados que, no somatório de remunerações auferidas de um ou mais empregadores no período de um mês, independentemente do tipo de contrato de trabalho, receberem remuneração inferior ao salário mínimo mensal, poderão recolher ao Regime Geral de Previdência Social a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal, em que incidirá a mesma alíquota aplicada à contribuição do trabalhador retida pelo empregador. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	
<p>Art. 911-A (...) § 2º - Na hipótese de não ser feito o recolhimento complementar previsto no § 1º, o mês em que a remuneração total recebida pelo segurado de um ou mais empregadores for menor que o salário mínimo mensal não será considerado para fins de aquisição e manutenção de qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social nem para cumprimento dos períodos de carência para concessão dos benefícios previdenciários. (OBJETO DA ADI 5829 E DA ADI 5826) (MP 808/2017 – perda da eficácia em 23-04-2018)</p>	Sem correspondente	

**As Ações de Declaratórias de Inconstitucionalidade (ADIs) e Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) consignadas neste quadro comparativo resultaram de pesquisa realizada no site do Supremo Tribunal Federal, com a utilização da palavra “CLT” como termo de busca na base “ADI” e “ADC”.*

Para a abertura dos hyperlinks, é necessário o uso do Adobe Reader XI ou versão superior.

Em caso de dúvidas ou sugestões, entrar em contato com o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) do TRT-SC pelo e-mail nugep@trt12.jus.br ou pelo ramal 6858.